



CONVERGÊNCIAS
da
Contabilidade
com o
Direito Empresarial

Prof Renato Bruno

dezembro de 2023

MINI CURRÍCULO



Prof Renato Bruno

Consultor no desenvolvimento de Planejamento Estratégico, Controladoria, Estruturação e Melhoria de Processos Gerenciais.

Graduado em Ciências Contábeis com MBA em Finanças e Pós Graduado em Controladoria com certificação internacional na Penn State University.

Associado ao IMA The Association of Accountants and Financial Professionals in Business.

Membro ativo do GEES Grupo de Excelência de Ética e Sustentabilidade do CRA-SP.

Coaching e Conselheiro em Gestão de Negócios.

Professor de cursos de Graduação e Pós Graduação em Contabilidade, Administração, Gestão de Negócios, Recursos Humanos e Processos Gerenciais.

Carreira profissional desenvolvida em grandes empresas, atuantes em diversos segmentos (indústrias, agronegócio, serviços, televisão, locadora veículos, hotelaria, auditoria, planos de saúde, hospitais).

Especialista na estruturação e organização de processos gerenciais de controladoria e financeiro, auditoria contábil e financeira, planejamento estratégico e especialista na gestão de projetos de implementações de Sistemas de Gestão Empresarial.

linkedin: <https://www.linkedin.com/in/renato-bruno/>

www.abasconsultoria.com.br

renatobruno@abasconsultoria.com.br



Convergências da Contabilidade com o Direito Empresarial.

Convergências da Contabilidade com o Direito Empresarial.

I) Introdução

Este livro tem como objetivos apresentar as convergências, seus vínculos e as relevâncias entre a Contabilidade com o Direito Empresarial.

Ao longo deste livro vamos abordar e analisar os diversos pontos de confluências, observando os aspectos pertinentes que praticamente são imperativos para o alcance da qualidade e dos resultados esperados nas atuações dos Profissionais de Contabilidade (técnicos e contadores) e dos Advogados nos desenvolvimentos e nas interações associadas aos ambientes corporativos.

Quando os Profissionais, tanto os Contadores como os Advogados reúnem conhecimentos técnicos multidisciplinares das áreas de contabilidade e do direito, a excelência, a qualidade e os diferenciais nos resultados dos trabalhos realizados são naturalmente perceptíveis e inquestionáveis.

As convergências entre a Contabilidade com Direito ocorrem a partir dos temas e desafios ante as atividades realizadas pelos profissionais, como: legislação trabalhista e previdenciária, aspectos legais e societários, negociações e elaborações de contratos de vendas e compras, aplicações das diversas legislações fiscal, planejamento tributário, análises e opções de regimes tributários, elaborações de contratos societários e estatutos sociais, atendimentos de suporte e consultoria nas relações com os investidores, sócios, administradores e gestores de empresas, avaliações e estudos de viabilidades nas apurações e pagamentos de dividendos, tratativas legais e processuais

relacionadas a ocorrências de fusões, incorporações e cisões de empresas, compreensão das normas brasileiras de contabilidade, incluindo os procedimentos normativos internacionais (IRRS International Financial Reporting Standards), dentre outros aspectos pertinentes aos desenvolvimentos das atividades do Direito Empresarial.

Já a Contabilidade, enquanto ciência social, tem como desafios atender diversas legislações que são analisadas e desenvolvidas através do Direito Empresarial, que tratam de aspectos abrangentes, desde a constituição da empresa até a escrituração da contabilidade e elaboração dos Demonstrativos Contábeis e Financeiros.

Uma das relevâncias que podemos constatar é que a Contabilidade e o Direito se complementam. Tem papéis fundamentais na instituição, normatização e aplicação dos diversos assuntos jurídicos, e ao mesmo tempo, criam oportunidades de análises de cenários alternativos com abrangência

contábeis, fiscais e societários com visão de oportunidades, resultados e benefícios mais adequados para cada atividade empresarial.



II) Convergências da Contabilidade com o Direito Empresarial.

Antes de abordarmos o tema proposto por este livro “Convergências da Contabilidade com o Direito Empresarial” é importante alinharmos os conceitos gerais da Contabilidade e do Direito Empresarial.



Podemos definir a Contabilidade como uma ciência social e humanista que tem como objetivos registrar e controlar o patrimônio, registrar as movimentações financeiras de uma entidade (empresa, negócio, associação, cooperativa, fundação, empreendimento, órgãos e empresas públicas, etc) que envolve um conjunto de pessoas, dentro de uma sociedade, com implicações nos relacionamentos internos e externos ao ambiente estrito da contabilidade.

A **Contabilidade** tem papel de extrema relevância para uma Organização pois permite a elaboração dos Planejamentos e Controles dos Recursos Financeiros que auxiliam nas tomadas de decisões gerenciais, levantamentos de prestações de contas através da geração de relatórios e informações para atender as necessidades dos sócios, investidores, administração e partes interessadas.



O **Direito Empresarial** tem como objetivos apoiar as organizações nos desenvolvimentos e execuções das atividades de interesses do negócio. Atua também, como facilitador na solução de conflitos de interesses envolvendo empresários, administradores, sócios, investidores e partes interessadas (governo, clientes, fornecedores, sociedade).

O **Direito Empresarial** é fundamental no suporte acerca de orientações para a Alta Administração dos Negócios no tocante a gestão com o propósito de reduzir e evitar os riscos legais e jurídicos decorrentes das relações comerciais com fornecedores, clientes, investidores e partes relacionadas.

Os **Profissionais de Contabilidade** para exercerem e aplicarem as técnicas contábeis precisam conhecer as bases legais que regulamentam as escriturações dos atos e fatos contábeis. Estas são condições fundamentais para a elaboração correta dos Demonstrativos Contábeis e Financeiros.

As bases legais da Contabilidade são instituídas a partir dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), suportadas por duas principais Leis da Contabilidade, a Lei 6.404 de 1976 e a Lei 11.638 de 2007.

A Importância da Contabilidade e do Direito Empresarial na Governança Corporativa das Organizações.

No exercício da **Profissão Contábil**, são esperados dos profissionais da contabilidade, a plena adesão do **Código de Conduta Ética do Contador** (NBC Norma Contábil, **CFC Conselho Federal de Contabilidade**, PG 01), fiscalizações e acompanhamentos dos **CRC's Conselhos Regionais de Contabilidade** e **Órgãos Regulamentadores e Governamentais**.

As práticas contábeis são representadas através dos livros contábeis, atendimento das regras tributárias e fiscais, dos atos normativos e das obrigações legais que devem ser observadas nos contratos e estatutos sociais, nas escriturações contábeis, além das entregas das declarações acessórias e atendimentos das regulamentações das Normas Contábeis estabelecidas nos **CPC's e IRFS (nota 1)**.

nota 1) Obrigações Acessórias, são instrumentos auxiliares (declarações) ou relatórios, exigidos pelos Órgãos Governamentais, para coletar diversas informações (financeiras e não financeiras) das empresas referentes as suas operações, e que foram bases utilizadas apurar os impostos, tributos, encargos, contribuições e informações das folhas de pagamentos, que constituem os objetivos e operações principais do negócio.

nota 1) CPC's Comitê de Pronunciamentos

Contábeis, conjunto 50 pronuniamentos que reúnem as melhores práticas e procedimentos contábeis divulgados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

nota 1) IFRS (International Financial Reporting Standards), conjunto de 32 regras internacionais de contabilidade criadas para padronizar os procedimentos contábeis das empresas ao redor do mundo.

Os conhecimentos e técnicas contábeis são suficientes para os Contadores ?

Não basta que os **Profissionais Contábeis** tenham conhecimentos das técnicas e das normas contábeis.

É muito importante os contabilistas que tenham conhecimentos complementares e compreensões das bases legais jurídicas relacionadas aos aspectos dos diversos temas do Direito. Cito como exemplos:

Regulamentações societárias, elaboração de contratos e cláusulas contratuais, legislações fiscais, tributárias e regulamentações específicas de mercados. Esses são alguns dos aspectos, que são fundamentais para os desenvolvimentos das atividades administrativas complementares ao campo da contabilidade.

Os pontos acima mencionados asseguram que a Contabilidade caminhe junto com o Direito Empresarial.

Os conhecimentos técnicos do Direito Empresarial são suficientes quando os assuntos são abrangentes aos aspectos societários ?

A resposta é não.

Os **Advogados (as)** para os desenvolvimentos das atividades inerentes ao Direito Empresarial (elaborações de contratos de negociações corporativas, contratos e estatutos societários, realizar análises de aspectos tributários, fiscais e previdenciários, contratos trabalhistas, contratos de negociações entre empresas relacionadas fusão, incorporação, cisão, compra e venda de empresas, valuation **(nota a)**, participações societárias, leitura, compreensão e análise dos Demonstrativos Contábeis e Financeiros) requerem o desenvolvimento de conhecimentos técnicos referenciados a diversos aspectos da Contabilidade. Estes são alguns pontos de convergências relevantes do Direito Empresarial com a Contabilidade.

Nota a) Valuation (termo inglês valoração). É o processo analítico aplicado a partir da contabilidade para apurar e determinar o Valor de uma Empresa para efeitos de compra e venda.



A Contabilidade e o Direito Empresarial quando analisados conjuntamente sob os aspectos da Governança Corporativa das Organizações tem a capacidade de desenvolver planos de trabalhos de grande importância na Gestão do Compliance Contábil **(nota b)**, especificamente no desenvolvimento e aplicação de ações que visem a mitigação e controle dos riscos contábeis, tributários e societários decorrentes das operações da empresa.

Muitos Empresários e Empreendedores não dão a devida importância para este assunto, porém, em muitas situações, os **Contadores e os Advogados** são acionados para, de alguma forma, **“apagar os incêndios”** e normalizar impactos de não conformidades (atuações fiscais, regularizações contratuais, retificações de escriturações contábeis, pareceres de auditoria, execuções de perícias, defesas de processos trabalhistas, fiscais, tributários, etc), decorrentes de decisões gerenciais tomadas pela Administração sem as devidas atenções.

Nota b: Compliance Contábil é o conjunto de práticas e procedimentos de conformidades que são formalizadas e adotadas para garantir o cumprimento das exigências contábeis, fiscais e tributárias previstas nas legislações societárias e empresariais.

O **Direito Empresarial** estabelece os **padrões de condutas jurídicas** das Organizações Empresariais, atuando a partir de estudos e análises com o objetivo de regular as relações entre os empresários, empreendedores, acionistas, sócios, funcionários, governos, a empresa como sociedade jurídica e o mercado.

O **Direito Empresarial** estuda e analisa um complexo sistema de normas, regulamentações e leis que estão vinculadas às atividades das Organizações (normas, regulamentações e leis trabalhistas, ambientais, previdenciárias, societárias, mercadológicas, fiscais e tributárias).





O **Direito Empresarial** apoia a **Contabilidade** nos entendimentos e nas aplicações das Leis, Normas e Regulamentos, fatos que de forma geral determinam as práticas contábeis que devem ser seguidas pelas Empresas.

Como exemplos aplicados na Contabilidade, podemos mencionar as normas e princípios fundamentais de contabilidade os **CPC's - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Código de Conduta Ética** dos profissionais de contabilidade, licenciamentos legais para as operações e funcionamentos das empresas, formalizações dos livros e demonstrativos contábeis obrigatórios, as guarda de documentos, contratos, etc.

As **Normas Contábeis** são criadas pelos **Comitês de Pronunciamentos Contábeis**, através do **CFC (Conselho Federal de Contabilidade)**.

As respectivas **normas são instrumentos legais** e jurídicos que determinam os procedimentos e bases legais que **devem ser observados nas atuações e práticas dos Profissionais de Contabilidade**.

O fato é que o **Direito Empresarial**, por meio dos profissionais jurídicos, **requer conhecimentos contábeis para a criação dos instrumentos jurídicos** (petições) das diversas situações no âmbito jurídico (defesas jurídicas, elaboração de pareceres jurídicos, estudos e análises tributários, contratos societários, etc).

Na **esfera da Contabilidade**, através do Contador, deve seguir os **padrões estabelecidos nas legislações e normas contábeis**.



Abordando os aspectos relevantes que contribuem com as **visões do Contador em relação ao Direito Empresarial**, importante abordar que os profissionais de contabilidade, ao executarem os diversos processos contábeis (escrituração dos fatos contábeis e atos administrativos, elaborações dos demonstrativos contábeis, atendimentos legais através dos encaminhamentos das obrigações acessórias, livros contábeis, aberturas, incorporações, fusões, cisões e encerramentos de empresas, elaborações e alterações de contratos sociais, etc), os **profissionais de contabilidade**, acabam **exercendo práticas** (voluntárias ou mesmo involuntárias) **inerentes as naturezas jurídicas** que podem impactar os resultados e continuidade das empresas no futuro.

Os aspectos acima mencionados, por si só, evidenciam a **fundamental importância dos profissionais da contabilidade conhecerem as bases e práticas jurídicas** mais adequadas para os negócios que atuam.

Os profissionais da contabilidade **precisam ir além dos conhecimentos técnicos contábeis** e conhecer as operações do negócio principal da empresa, o plano estratégico, os seus desdobramentos, as **visões das cadeias do negócio.**

Assim, os **profissionais da contabilidade se tornarão mais completos** a partir dos desenvolvimentos de temas e assuntos relacionados as abordagens e fundamentações **nas visões e interpretações jurídicas e das relações e interpelações com o Direito Empresarial.**

As **visões e interpretações jurídicas** estão apoiadas nos **conhecimentos e compreensões das diversas leis**, dos rituais dos processos jurídicos (suas fases, etapas e jurisprudências), compreensão da constituição federal, código do consumidor, código civil, legislações societárias, tributárias, regulamentações legais, mercados, meio ambiente, trabalhistas, dentre as diversas **leis e regulamentações inerentes aos negócios e operações das empresas.**

O **propósito deste artigo é clarificar que o desenvolvimento das habilidades técnicas jurídicas** dos profissionais contábeis são capazes de proporcionar a correta compreensão e assertividade nas utilizações das leis e aplicações práticas nos **desenvolvimentos dos trabalhos diários dos contabilistas.**

Em relação ao âmbito do Direito Civil, da Constituição Federal, do Estado e da Sociedade, os desafios dos profissionais, de forma geral (contadores, administradores, advogados, etc), incitam entendimentos e aplicações dos diversos modelos de estruturas organizacionais o “modus operandi”, os direitos, deveres e obrigações individuais como pessoas e como empresas jurídicas constituídas.



Compreender a importância das **relações entre o Direito e a Contabilidade**, precedidas pelas legislações, normas e regulamentações aplicáveis envolvendo as relações com os indivíduos pessoas físicas,

funcionários, colaboradores, pessoas jurídicas (clientes e fornecedores), nos aspectos das relações dos direitos e obrigações que devem ser observadas nas relações do trabalho, nos contratos de compras e vendas, estatutos, contratos sociais, conseqüentemente nas relações com os sócios e acionistas.

Somente como ilustração, cito a importância da observância nos pontos mencionados na **LGPD Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018** que regula as atividades de tratamento de dados sensíveis pessoais.

Outro exemplo, os Profissionais de Contabilidade precisam entender as implicações dos contratos e títulos de créditos nas escriturações contábeis. Compreender o que são títulos de créditos, como realizar uma análise de um contrato, avaliar os seus impactos, observações e considerações relevantes, antes mesmo de registrar (escribirar) um contrato de crédito na contabilidade.

Considerando a complexidade da Legislação Trabalhista, é imprescindível que os profissionais da contabilidade tenham conhecimento do Direito do Trabalho e Previdenciário, suas obrigações, tendências e aplicações tanto nos aspectos das legislações brasileiras como internacionais, considerando que o negócio pode vir a desenvolver operações (filiais ou sociedades) em outros países.

É fundamental para o Contador compreender as legislações vinculadas (trabalhistas e previdenciárias), como calcular e contabilizar uma rescisão de contrato de trabalho, uma folha de pagamento, férias, 13º salário dos funcionários e demais proventos e encargos trabalhistas.



Diante das relações de constituições e operações da empresa, o contador precisa desenvolver conhecimentos do **Direito Autoral, Marcas e Patentes** (legislações pertinentes), afinal uma das principais responsabilidades do contador é o **controle do Patrimônio das Organizações**.

Os direitos de **marcas e patentes** são considerados **ativos da empresa** (bens intangíveis) e assim, devem **valorados e contabilizados**.

Resultado da globalização dos mercados, crescimento das relações empresariais comerciais de importações e exportações, também **intensificaram as necessidades de ajustes das práticas contábeis** em relação as novas tendências mercadológicas e imposições de adequações dos processos contábeis em relação as **normas internacionais de contabilidade, os IRFS International Accounting Standards Board**.

Decorrente das operações de compras e vendas, especificamente em relação as licitações públicas, os **profissionais de contabilidade precisam compreender e desenvolver habilidades e procedimentos técnicos** relacionados as leis de licitações públicas, leis 8.666/1993 e 14.133/2021, além dos procedimentos e regulamentações referentes ao obrigadoriedades de **procedimentos de compliance (conformidade) e Lei Anticorrupção 12.846/2013** que devem ser observados nas escriturações contábeis, **práticas de controles internos e elaborações dos Demonstrativos Contábeis e Financeiros.**



Sem dúvidas, podemos afirmar que o **Direito Empresarial caminha junto com a Contabilidade.**

Um dos fatores críticos da Contabilidade é assegurar a correta aplicação fiscal e tributária mais adequada para a Empresa.



Os **Profissionais de Contabilidade** tem como **desafios e responsabilidades, definir o regime tributário mais indicado para o Negócio, desenvolver e aplicar um plano tributário mais adequado para a empresa,** analisar diversas alternativas fiscais e tributárias e definir as alternativas que podem otimizar os resultados e a lucratividade da empresa, fundamentadas nas decisões que

promovam a **redução da carga tributária**, observando as **referências e práticas de elisão fiscal**, além de buscar **práticas de procedimentos que visam a proteção e integridade da contabilidade e da empresa referente a exposições de imagens e práticas de evasão fiscal** (nota 3).

Nota 3: Elisão Fiscal são formas seguras e legais de reduzir os tributos devidos por uma empresa. **Evasão Fiscal** são práticas ilegais (ilícitas) adotadas com o objetivo de realizar a sonegação e omissão.

Elisão Fiscal
x
Evasão Fiscal

- **Elisão fiscal:**
Prática de pagar menos tributos, dentro da legalidade
Ex.: Planejamento Tributário
É permitida!
- **Evasão Fiscal**
Utilizar práticas ilícitas para pagar menos tributos
Ex.: Sonegação Fiscal
É proibida!



@batepapofiscal

Os **Profissionais de Contabilidade** trabalhando juntos com os **Profissionais de Direito Empresarial** promovendo a busca conjunta dos objetivos e práticas tributárias ajudando a organização na **otimização e eficácia da rentabilização e lucratividade do negócio.**

As **práticas de Elisão Fiscal** suportam a organização na elaboração de planejamentos tributários e direcionamentos **visando reduzir a carga tributária a ser paga pela empresa,** valendo-se de **meios legais ou de manobras contábeis,** mas sem cometer ilícito ou mesmo expor a empresa em riscos de atuações fiscais desnecessários.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
As questões vinculadas ao **Direito Tributário** são **situações e desafios** que os **profissionais de contabilidade** se deparam continuamente ao longo das suas carreiras profissionais.

A close-up photograph of a person's hand with pink nail polish using a calculator. The calculator is black with white and grey buttons. The background is a blue surface with white text.

Com o crescimento exponencial das vendas pela internet (vendas online), o **Direito Digital e Direito do Consumidor** se tornaram pontos de atenções muito importantes para as organizações. Naturalmente, os cadastros de dados pessoais e empresariais, os contratos digitais e as assinaturas eletrônicas se tornaram mecanismos fundamentais

de suporte documentais para as negociações de compras e vendas pela internet.

A **LGPD Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei 13.709/2018** que regula as atividades de tratamento de dados sensíveis pessoais foi instituída com o propósito principal de proteger os direitos fundamentais da liberdade, da privacidade e do livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.



O **Contador ao registrar na contabilidade as transações comerciais precisa compreender como os dados e informações pessoais** (clientes, fornecedores e funcionários) **precisam ser tratados**, ou seja, como os dados devem ser utilizados e **guardados pelas empresas.**

Considerando a complexidade do sistema tributário, fiscal e trabalhista no Brasil, o **Contador precisa conhecer os aspectos relevantes relacionados aos Processos Administrativos e Fiscais**, ou seja, ao receber uma notificação de um ato de fiscalização, precisa entender como deve analisar os pontos vulneráveis, como elaborar uma contestação ou uma resposta ao órgão governamental solicitante.

Abordando as relações do Direito Empresarial nos aspectos das relevâncias da Contabilidade, nas suas bases, o **Direito de forma geral, estabelece os padrões de comportamentos que devem orientar as condutas das pessoas (físicas e jurídicas)**. Assim, em muitas situações, acaba interferindo em outras áreas de conhecimentos e, conseqüentemente é influenciado por elas.



Em relação às áreas de conhecimentos da contabilidade, o Direito tem interferências quando determinadas práticas são instituídas pelas legislações e se tornam leis e regulamentações que devem ser seguidas pelas Empresas.

Como ilustração, cito as **Leis 6.404/1976 e 11.638/2007, Leis das Sociedades por Ações** que estabelecem os modelos de escriturações contábeis, os procedimentos e obrigatoriedades de gerações dos livros contábeis e fiscais, cumprimento das elaborações das **Declarações Acessórias** e publicações dos **Demonstrativos Contábeis e Financeiros.**

De forma complementar, temos importantes regras e normas jurídicas que são criadas pelos Profissionais de Contabilidade por meio de resoluções publicadas pelos **Conselhos de Contabilidade (CRC)** e ratificadas pelo **Conselho Federal de Contabilidade (CFC)** que regulamentam as políticas, procedimentos técnicos,

políticas de condutas profissionais, práticas relacionadas as atuações dos **Profissionais de Contabilidade** e legislações.

Para o **desenvolvimento do Direito Empresarial**, aos **Advogados** são impostos desafios complexos que demandam conhecimentos contábeis específicos estabelecidos nas leis e regulamentações, que, em diversos casos, são práticas que a contabilidade segue padrões estabelecidos nas respectivas legislações.



Trazendo este tópico para **situações práticas**, o **Advogado** como parte integrante dos processos de constituições de empresas, aquisições societárias,

incorporações, fusões e cisões de empresas, negociações contratuais, processos de falências, recuperações judiciais, dentre outras diversas situações inerentes ao Direito Empresarial, aos Profissionais do Direito (Advogados) são lançados desafios básicos da Contabilidade que estão relacionados a compreensão e entendimento da estrutura contábil de uma empresa (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido), leitura e análise dos **Demonstrativo Contábeis e Financeiros**

(Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração Fluxo Caixa, Movimentações Variações Patrimônio Líquido, Demonstrativo de Valor Adicionado),

compreender e analisar os **indicadores econômicos e financeiros** referentes a saúde financeira da empresa **(liquidez, endividamento, rentabilidade, etc).**

Não há dúvidas que o **Advogado como especialista e doutor nas Leis, para atuar no Direito Empresarial e assim consolidar resultados diferenciais para as empresas, precisa**

desenvolver habilidades técnicas relacionadas a
Vou ilustrar com mais alguns exemplos
contabilidade.
que evidenciam as relevâncias da contabilidade
com o direito empresarial.



1) O desenvolvimento de
instrumentos jurídicos de para obter um
benefício legal, um incentivo, ou mesmo evitar
uma perda financeira para a Empresa.

Para o **desenvolvimento dos instrumentos**
jurídicos (petição jurídica), o Advogado
necessita de conhecimentos do Direito
Empresarial (conhecimentos fiscais e
tributários) que requerem **conhecimentos contábeis**
complementares (normas contábeis,
regulamentações, práticas e
jurisprudências).

2) Aspectos Jurídicos relacionados as resoluções de questões de fato, ou seja, os **processos judiciais podem demandar** discussões de questões de fato ou questões de direito, desdobrados tanto pela veracidade ou falsidade dos fatos, pelas produções e **apresentações de provas e evidências** (comprovações através de documentos), bem como relacionados a sustentabilidade da **aplicação das leis jurídicas e normas contábeis.**

Os **conhecimentos gerais contábeis** são **fundamentais para os Advogados** nos atendimentos de demandas judiciais vinculadas ao Direito Empresarial, especificamente em relação a obtenção da acuracidade dos detalhamentos técnicos contábeis como partes integrantes das formulações de questionamentos e argumentações convincentes impostas pelas ações judiciais (**análises de patrimônios, bens, direitos e obrigações**).

3) Processos judiciais referentes cobranças de obrigações societárias de caráter condenatório, requerem revisões de cálculos de fatos contábeis originados (tributários, fiscais, trabalhistas e contratuais).

Geralmente são **ações jurídicas relacionadas a processos trabalhistas, pedidos de indenizações, cobranças, títulos de créditos, autuações fiscais e tributárias, contratos de negociações clientes, fornecedores, partes interessadas, etc.**

Nessas situações, os **Advogados demandam necessidades de conhecimentos técnicos e habilidades contábeis, fiscais e tributárias**, bem como a **compreensão das técnicas básicas da matemática financeira**, com o objetivo de revisar e elaborar argumentos que visem reduções dos valores das condenações.

Especificamente em relação ao **Advogado atuante na Área do Direito Empresarial**, situações complexas requerem conhecimentos gerais das áreas de finanças, contabilidade e tributária.

Essas **situações demandam conhecimentos técnicos aprofundados** com o objetivo de compreender na visão técnica o diagnóstico da empresa e as implicações financeiras decorrentes das propostas de alternativas e, consequentes direcionamento dos processos judiciais.

Em algumas situações, o Advogado deverá **avaliar e analisar previamente com detalhes, os impactos e benefícios diante de situações**, como por exemplo, operações de fusão, incorporação ou cisão de empresas, criação e início de um novo negócio, bem como em situações relacionadas as avaliações de cenários de falência, concordata ou recuperação judicial. O **Advogado deve direcionar juridicamente as decisões mais vantajosas para a Empresa, devidamente sustentadas pelas normas contábeis.**

É fato que as **convergências da contabilidade com o direito empresarial tem fundamental importância na área jurídica** pois os conhecimentos contábeis são essenciais para o Advogado que atua no Direito Empresarial e Tributário.

Conjuntamente com o Contador, o Advogado deve identificar, apurar e **mensurar os riscos inerentes aos fatos** e assim, elaborar propostas de soluções eficientes, bem embasadas tecnicamente com mapeamento dos possíveis resultados de forma consciente das possíveis consequências decorrentes das decisões tomadas.



Dando continuidade com exemplos que evidenciam as relevâncias da contabilidade com o direito empresarial, podemos citar:

- Situações de cobranças indevidas originadas dos aspectos de tributos fiscais, juros, correções e multas, valores relacionados aos contratos e faturas formalizadas com clientes e fornecedores, muitas vezes pagas pelas Organizações, no Direito, são conhecidas juridicamente como repetições de indébito, ou seja, processos judiciais embasados por requerimentos de restituições dos valores pagos indevidamente.

Para os **Advogados, os conhecimentos contábeis** são essenciais para apurar o real valor das obrigações, especificamente em relação ao recálculo dos tributos, multas tributárias, cobranças, juros e atualizações monetárias. Identificadas e ratificadas cobranças irregulares, o ato ilícito da cobrança pode promover a impetração de ações indenizatórias por danos morais e patrimoniais.

- Não poderia deixar mencionar a situações de fraudes contábeis.

O Advogado diante de uma defesa ou questionamentos relacionados as observâncias das práticas contábeis estabelecidas e previstas nos princípios e normas de contabilidades, é fundamental que tenha o **entendimento da situação contábil**, compreenda e identifique as possíveis fraudes através de **análises dos Demonstrativos Contábeis e Financeiros**.

- Sem os conhecimentos básicos de contabilidade, possivelmente, os Advogados terão dificuldades nas análises de documentos e contratos, especificamente dificuldades de compreensões de cláusulas contratuais que façam referência aos **conceitos, normas contábeis e aspectos societários** não jurídicos. A não observância correta das informações pode gerar consequências desastrosas para a Empresa, adicionando prejuízos financeiros por perdas de processos judiciais, erros de cálculos de valores e indenizações.

Os Profissionais de Contabilidade

são constantemente desafiados diante da alta complexidade do sistema tributário brasileiro, mudanças constantes nas leis, normas e regras tributárias que exigem novas práticas de cumprimento de obrigações contábeis.

De um lado o Contador e do outro lado o Advogado.

o Contador, além é claro dos conhecimentos e domínios das técnicas, normas e regulamentações contábeis, é importante que tenha conhecimentos das diversas legislações do direito tributário, trabalhista, previdenciário, societário e empresarial.

Concluindo, o Contador terá mais facilidade e assertividade nas interpretações e aplicações das diversas legislações nas práticas contábeis, se conhecedor do Direito Empresarial, Tributário, Trabalhista e Societário.



Já o Advogado, conhecedor assíduo das leis, prestador de assessoria jurídica para as empresas nas elaborações e análises de contratos, estudos de cenários tributários, defensor de processos judiciais nas elaborações de recursos de defesas de direitos, além dos aspectos relacionados as formalizações de negócios, fusões, incorporações ou cisões entre empresas, **o Advogado, se for conhecedor da Contabilidade**, terá mais acesso e habilidades destacadas nas elaborações e interpretações dos contratos, dos termos e acordos jurídicos referenciados por atos jurídicos, bem como facilidade na interpretação e análise dos Demonstrativos Contábeis e Financeiros.



Concluindo:



III) Conclusão:

Podemos concluir que a **Contabilidade** tem **confluência com o Direito Empresarial**, assim como o **Direito Empresarial** tem **simetria** com a Contabilidade.

As capacitações e habilidades multifuncionais dos Advogados e dos Contadores permitem que eles, como profissionais, além de atuarem, de forma notável, no desenvolvimento das atividades inerentes as respectivas áreas, também **são muito requisitados pelas Organizações Empresariais nos desenvolvimentos dos planos estratégicos e nas tomadas de decisões empresariais que remetam as pautas e assuntos relacionados a contabilidade e ao direito empresarial.**

Não podemos deixar de citar, a **nova economia** (indústria 4.0, inteligência artificial, globalização, redes sociais, vendas pela internet e-commerce, B2B, B2C, contratos virtuais, etc), as organizações tem demandado por **profissionais diferenciados**, com **conhecimentos multifuncionais**, que participem das **definições e execuções das estratégias dos negócios**.

Nota: B2B: Business to Business (vendas empresas para empresas). **B2C Business To Consumer** (vendas empresas para consumidor final).

O cenário atual tem privilegiado os **profissionais com conhecimentos multidisciplinares** e habilidades **generalistas**.

Foi-se o tempo em que ter conhecimentos específicos em uma única área era o que destacava o profissional, fosse ele um advogado ou um contador. **A concorrência e a competição por oportunidades** e cargos importantes dentro

das organizações, a cada ano, tem-se intensificado, tanto para os profissionais como para as empresas.

As empresas buscam por profissionais diferenciados, com formações técnicas e habilidades comportamentais acima das médias.

As Organizações demandam por profissionais multidisciplinares com conhecimentos generalizados de toda a cadeia do negócio que a empresa atua (compras, vendas, contratos, tecnologia, controladoria, jurídico, mercados marketing, mercado, gestão e liderança de pessoas, etc).

Contratar profissionais, seja um Contabilista ou um Advogado, as empresas demandam por **profissionais criativos, inovadores**, que promovam mudanças e que apresentem **soluções para os problemas** do dia a dia.

Na **visão tribuária, no Brasil**, manter uma empresa competitiva e rentável **se torna cada vez mais difícil** devido a complexa burocracia e **elevado número de tributos e da carga trituária.**

Nesse sentido, a **Contabilidade e o Direito Empresarial** são **recursos fundamentais** na elaboração de um **adequado plano estratégico tributário e gestão de resultados eficiente.**

O **Advogado do Direito Empresarial** com conhecimentos contábeis deixa de ser apenas um especialista das leis tributárias e societárias e passa a **assessorar a Alta Gestão das empresas nas tomadas de decisões,** resultando na otimização das margens de lucros, reduções de custos com tributos e conseqüentemente aumento da competitividade.

Em relação ao **Contador**, os profissionais da contabilidade representam papeis centrais nas questões de natureza jurídica, **iniciando na**

constituição da empresa, no momento que **definidas as regras da sociedade na ata** ^{são} **de constituição**, formalização da **opção do regime tributário**, definição da **localização de instalação da empresa**, obtenção de **incentivos fiscais** e demais decisões que poderão impactar a Empresa no futuro.

Na contabilidade é fundamental que o **Profissional de Contabilidade**, além dos conhecimentos técnicos da ciência contábil, tenha **conhecimentos jurídicos e compreensões das regras tributárias e fiscais** que impactam e que poderão impactar nos resultados da empresa, como também, conhecimentos e habilidades na **elaboração, interpretação e análise de contratos**.

Os conhecimentos jurídicos para os Contabilistas são fatores essenciais para a prevenção de ações judiciais, execução fiscais, reclamações trabalhistas, autos de infrações e multas.

As sinergias entre o Direito Empresarial e a Contabilidade possibilitam as empresas direcionarem ações visando a mitigação dos custos e implementações de oportunidades de melhorias dos índices de rentabilidade.

As convergências entre a Contabilidade e o Direito Empresarial mostram que quando os Advogados e Contadores reúnem conhecimentos tanto do direito como da contabilidade, essas habilidades contribuem de forma muito positiva nas construções de estratégias tributárias, nas suas implementações, execuções e consolidações dos resultados esperados.

Enquanto o Advogado, por meio das habilidades e conhecimentos das legislações, regulamentações, das técnicas de elaboração de contratos de naturezas tributárias, societárias e cíveis, **o Contador** tem papel fundamental nas classificações e registros contábeis em atendimento as normas e aos princípios de contabilidade e realizar o controle e gestão do patrimônio da organização, com o objetivo

de assegurar a prestação de contas responsável do negócio para os sócios, acionistas, órgãos governamentais e para a sociedade.

O Contador e o Advogado do Direito Empresarial, quando atuam juntos, desenvolvem papéis fundamentais nas assessorias e orientações para a Alta Gestão das Empresas, Sócios, Administradores, Empreendedores e Investidores.

As Assessorias e Consultorias especializadas, referenciadas pela Contabilidade e pelo Direito Empresarial são aspectos relevantes que suportam as decisões gerenciais dos negócios, pois estão relacionados diretamente aos aspectos das legalidades e das ilegalidades decorrentes dos atos administrativos tomados pela Alta Administração, que são traduzidos nas escriturações dos fatos contábeis, bem como nas avaliações dos riscos envolvidos, e elaborações dos planos de contingências que podem promover redução dos impactos financeiros e segurança dos efeitos jurídicos,

além dos pontos de oportunidades e benefícios que promovam melhorias nos índices de lucratividade do negócio.

Saudações,

Prof Renato Bruno.

<https://www.linkedin.com/in/renato-bruno/>

18/12/2023

IV) Referência Bibliográficas:

- **Direito e Contabilidade, Fundamentos do Direito Contábil.** Edison Carlos Fernandes. Editora Trevisan, edição 2021.

- **Contabilidade e Direito,** como as áreas se complementam. Legale Educacional, 2022.

<https://legale.com.br/contabilidade-e-direito-como-as-areas-se-complementam/>.

- **A Importância da Contabilidade para o Advogado Tributarista.** EBT Escola Brasileira de Tributos, 2021. <https://ebtributos.com.br/blog/posts/a-importancia-da-contabilidade-para-o-advogado-tributarista>

- **A Importância da Contabilidade Empresarial no Direito Empresarial.** Probst & Braun Advogados Associados, Dr Guilherme Braun – OAB/SC 33.216, 2022.

<https://probstebraun.com.br/a-importancia-dacontabilidade-empresarial-no-direito-empresarial/>

- **Direito para Contadores, Administradores, Economistas, Empresários e Paralegais.** Wilson Alberto Zappa Hoog e Solange Aparecida Petrenc. Juruá Editora, 2019.

- **Contabilidade aplicada ao direito,** Edison Carlos Fernandes, Arthur Ridolfo Neto. Editora Saraiva, 1ª edição, 2014.

- **Direito Empresarial,** conceitos, princípios e áreas de atuação, Tiago Fachini, Projuris, 2020.

<https://www.projuris.com.br/blog/direito-empresarial-3/>

Agradecimentos:

Obrigado as todas as pessoas, meus familiares, alunos, gestores e colegas de trabalho das empresas onde tive a oportunidade de aprender. Pessoas que contribuíram para o meu sucesso e para o meu crescimento como pessoa e profissional. Sou o resultado da confiança, da inspiração e da força de cada um de vocês.

Não poderia deixar de agradecer ao meu querido Avô **Joaquim Rodrigues Louro** "in memorian", que exerceu a sua profissão de Professor de forma brilhante. Seu trabalho foi uma inspiração para todos os seus alunos e orgulho para os seus familiares.

